

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 4.201, DE 2004

Altera a Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998, de forma a destinar diretamente aos Estados parte dos recursos dos concursos de prognósticos para realização de jogos escolares

Autor: Deputado RONALDO VASCONCELLOS

Relator: Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO

I – RELATÓRIO

O projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Deputado Ronaldo Vasconcellos, visa destinar diretamente aos Estados parte dos recursos dos concursos de prognósticos para a realização de jogos escolares .

A tramitação dá-se conforme o disposto no art. 24, II do Regimento Interno das Câmara dos Deputados.

A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação e Cultura.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos, não foram apresentadas emendas às proposições.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Sobre os recursos previstos na Lei Agnelo-Piva recai subvinculação ao desporto escolar e ao desporto universitário. Estes recursos, sob administração dos Comitês Olímpico e Paraolímpico não foram aproveitados de maneira célere nos últimos anos, como apontou relatório do Tribunal de Contas das União. Com a edição do Decreto nº 5.139/04 procurou-se deslanchar a execução destes recursos.

Cabe observar, no entanto, que o nobre autor não deixa de ter razão em sua crítica à ausência dos **gestores do ensino** no processo decisório. Esta questão mereceu tratamento mais adequado no Substitutivo ao Estatuto do desporto, que prevê a participação da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME e do Conselho Nacional de Secretários de Educação -CONSED em conselhos referentes ao esporte escolar.

O mencionado Decreto abriga como possibilidades de gasto aquelas previstas no parágrafo único de seu art.10: fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, formação de recursos humanos e preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas.

Estes termos contém um certo grau de generalidade, adequado aos recursos da Lei Agnelo-Piva não vinculados ao desporto escolar e universitário. Para estes seria preferível enfatizar os gastos com a formação dos educandos.

A proposta modifica os percentuais ,mas não traz prejuízo concreto aos recursos que o COB e CPB efetivamente tiveram à disposição nestes anos, uma vez que os recursos do desporto escolar não foram utilizados. Ademais, as alíneas “c” e “d” apenas **permitem** que **parcela** seja repassada aos Estados, sem vedar que o repasse seja feito, inclusive, através do COB e CPB.

Do ponto de vista da Comissão de Educação e Cultura, que reconhece a importância do desporto escolar ,tanto assim que incluiu este item entre as suas cinco emendas ao orçamento de 2005 - um maior envolvimento dos gestores sistemas de ensino dos estados, com fiscalização da aplicação dos recursos pelo Tribunal de Contas da União-TCU, pode ser benéfico ao desenvolvimento do desporto de base.

Desta forma, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 4.201, de 2004.

Sala da Comissão, em de abril de 2005.

Deputado PAULO RUBEM SANTIAGO
Relator